

UM ESPAÇO DE DIZER: O DISCURSO PEDAGÓGICO E OS PARADIGMAS AMBIENTAIS NA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE

Tânia Pitombo de Oliveira¹

RESUMO

A presente proposta dará continuidade e densidade às atividades do Grupo de pesquisa Educação e Estudos de Linguagem que se apresenta interdepartamental, multidisciplinar e interinstitucional. Este trabalho tem como objeto compreender a discursividade posta na região norte mato-grossense, inserida na Amazônia Legal, na formulação “desenvolvimento sustentável” por meio dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso e, assim, evidenciar a constituição de um espaço de dizer em suas relações político-jurídico-ambientais e econômicas que possibilite apreender os efeitos de sentidos que circulam nesta região no discurso pedagógico.

Palavras-chave: discurso pedagógico, paradigmas ambientais, análise de discurso, região norte mato-grossense.

Considerações iniciais

A presente reflexão é resultado do trabalho apresentado no X CONAELL - Colóquio Nacional de Estudos Literários e de Linguagem da UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso, *campus* de Sinop, de análises discursivas resultantes do Projeto de Pesquisa “TECER DE UMA DISCURSIVIDADE NA REGIÃO NORTE MATO-GROSSENSE DA AMAZÔNIA LEGAL: contextos e possibilidades de desenvolvimento frente à sustentabilidade”, vinculado ao Grupo de Pesquisa Educação e Estudos de Linguagem.

Assim, a possibilidade de compreendermos o desenvolvimento frente à sustentabilidade e as propostas de correção da ilegalidade postas no discurso governamental estadual e federal; se apresenta como fundamental para que se possa observar a relação da posição-sujeito norte mato-grossense frente ao movimento das questões ambientalistas.

¹ Curso de Letras - UNEMAT, *campus* de Sinop, mestrado e doutorado em Linguística, área da Análise de Discurso IEL/UNICAMP. E-mail: taniapitombo@gmail.com

Pensar a produção e circulação de conhecimentos que ancoram e possibilitam a compreensão de como são produzidos efeitos de sentidos sobre desenvolvimento sustentável em diversas materialidades discursivas – Discurso pedagógico; jornalístico; imagético; da oralidade; da corporeidade e organizacional que se apresentam pelas vias dos discursos de sujeitos em diferentes posições, como ecos que sinalizam a harmonia entre o desenvolvimento econômico, a tecnologia e a vida ecológica, nesses territórios que constituem essa parte da Amazônia Legal, a região de Sinop é o objeto desta pesquisa.

A partir do referencial teórico que subsidia, na área da Análise de Discurso, o presente trabalho de pesquisa, espera-se que as reflexões sobre os efeitos de sentidos encontrados na formulação “desenvolvimento sustentável” para os habitantes da região norte mato-grossense, e, em específico para o discurso pedagógico nos ensinamentos fundamental e médio possam contribuir na utilização e na interpretação dos conceitos postos numa possível releitura pelas políticas públicas que se traduzem posteriormente em deliberações legais.

Desenvolvimento sustentável e senso comum

Desenvolvimento sustentável: formulação presente na prática discursiva da população brasileira que beira as margens do senso comum, sendo formulada em uma diversidade de situações e sujeitos. A dificuldade em se precisar “o quê significa e para quem” nos faz refletir sobre a necessidade de nos debruçarmos sobre a questão e pesquisarmos sobre os sentidos de “desenvolvimento” e os sentidos de “sustentável” para a população brasileira que habita a região denominada da Amazônia Legal e ainda mais especificamente, a região acima do Paralelo 13° que tem limites restritivos em sua área de desmate de fitofisionomias florestais em 20%, devendo permanecer 80% de área de preservação de floresta.

A Análise do Discurso é uma disciplina que pensa a compreensão do fato de linguagem na relação do sujeito com os sentidos e com o mundo. Para Orlandi (1999^a, p. 15):

[...] a Análise do Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando [...] considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.

Nesta proposta de reflexão sobre a linguagem fundada nos trabalhos de Michel Pêcheux (1990, 1997) e Eni Orlandi (1995, 1996, 1999), estaremos mobilizando algumas noções que são de fundamental importância para a compreensão da “constituição dos sentidos e dos sujeitos”. Abordaremos, então, além das noções de sujeito e sentido, as de ideologia, história, linguagem, discurso, silêncio e resistência.

Para Pêcheux (1997, p. 160) “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)”. Esta tese pode ser resumida dizendo que as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Pêcheux chama, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.).

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, onde os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes.”

Para Orlandi, há uma afirmação fundamental para quem trabalha na Análise do Discurso – “a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este se submete à língua

significando e significando-se pelo simbólico na história.” (1999c, p. 12). Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual o sujeito não tem acesso ao modo como ele se constitui em sujeito, ou seja, o modo como ele se constitui enquanto posição.

Para que possamos entender o discurso encontrado na região norte mato-grossense é necessário compreender a história não como uma sucessão de fatos já dados, cronológicos. Datas não interessam, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam. Segundo P. Henry (1997, p. 51),

Não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isto vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História.

Pensar os fatos históricos em suas condições de produção e os meios de circulação como constitutivos dos sentidos, nos permite compreender o movimento histórico dos processos de significação.

Política nacional de educação ambiental – PNEA: legislação atual

A Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA, Lei nº 9.795, pensada enquanto fato histórico é sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 27 de abril de 1999 e “Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.” O Projeto de Lei, proposto pelo deputado federal Fábio Feldmann, reconhece, enfim, a educação ambiental como um componente urgente, essencial e permanente em todo processo educativo, formal e/ou não-formal, como orientam os Artigos 205 e 225 da Constituição Federal.

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferente de outras Leis, não estabelece regras ou sanções, mas estabelece responsabilidades e obrigações.

Ao definir responsabilidades e inserir na pauta dos diversos setores da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental institucionaliza a educação ambiental, legaliza seus princípios, a transforma em objeto de políticas públicas, além

de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da educação ambiental.

Finalmente, a Política de Educação Ambiental legaliza a obrigatoriedade de trabalhar o tema ambiental de forma transversal, conforme foi proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais. Durante um ano a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, na época, presidida pela COEA/MEC discutia propostas para regulamentação da Lei. Em 25 de junho de 2002 foi assinado pelo Presidente da República a Regulamentação da Lei nº 9795 pelo Decreto 4.281.

Vejamos:

Art. 1.º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2.º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3.º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem;

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.

Art. 4.º São princípios básicos da educação ambiental:

III - o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

Art. 5.º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

§ 3.º As ações de estudos, pesquisas e experimentações voltar-se-ão para:

I - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à incorporação da dimensão ambiental, de forma interdisciplinar, nos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II - a difusão de conhecimentos, tecnologias e informações sobre a questão ambiental;

III - o desenvolvimento de instrumentos e metodologias, visando à participação dos interessados na formulação e execução de pesquisas relacionadas à problemática ambiental;

IV - a busca de alternativas curriculares e metodológicas de capacitação na área ambiental;

V - o apoio a iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material educativo;

VI - a montagem de uma rede de banco de dados e imagens, para apoio às ações enumeradas nos incisos I a V.

Seção II

Da Educação Ambiental no Ensino Formal

Art. 9.º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

- c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

Art. 10.º A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1.º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2.º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica

§ 3.º Nos cursos de formação e especialização técnico profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11.º A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 12.º A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes pública e privada, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Seção III

Da Educação Ambiental Não-Formal

Art. 13.º Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivar:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;

III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;

IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;

V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;

VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;

VII - o ecoturismo

O discurso pedagógico

Ao se pensar o discurso pedagógico em sua relação com a proposta de uma prática discursiva ambientalista, apresenta-se como oportuno considerar que a apropriação da linguagem é constituída socialmente, em um sujeito mergulhado no social que o envolve. Há um compromisso da linguagem com o processo histórico social; na constituição dos efeitos de sentido com seus interlocutores e contexto de significação. Em uma sociedade dividida, a aparência de unidade se coloca pelo sentido estabilizado, cristalizado e sedimentado marcado, principalmente, pelas Instituições em que a instituição escola tem um papel preponderante na constituição dos sentidos assim construídos. Para Orlandi, (1996, p. 37),

O discurso pedagógico, sendo um discurso institucional, reflete relações institucionais das quais faz parte (...) o seu mal de raiz é, pois, refletir a ordem social na qual existe. Mas como esta não é uma relação mecânica, alguma coisa escapa e é sempre possível a crítica.

Ao pensarmos os limites desta questão, evidenciamos se, na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, a formulação “desenvolvimento sustentável” está contemplada no discurso pedagógico e os efeitos de sentidos constituídos a partir deste.

Em texto contemplado na Revista Nova Escola (2011), a questão ambiental pensada no quadro das políticas educacionais para o Estado de Mato Grosso, apresenta justificativas em relação ao quadro docente, efetividade e carga horária de trabalho para justificar o “quando os avanços virão” no dizer editorial:

No Mato Grosso, recentemente noticiado como campeão de desmatamento, a Educação Ambiental vem sendo trabalhada, mas esbarra na carga horária dos educadores da rede. 40% do quadro é formado por professores não-efetivos, que mudam constantemente de unidade, sem criar o vínculo essencial para um bom desempenho nos temas transversais. Mesmo os contratados não têm exclusividade. "Uma parcela significativa dobra a jornada, e muitas vezes pega um turno noturno. Atrapalha, temos consciência disso e estamos tentando discutir a questão", diz a secretária-adjunta de políticas educacionais, também sem citar quando os avanços virão. (Revista Nova Escola, 2011).

Em um contexto de aplicação pouco favorável e assentado em distorções conceituais, falta de investimento e descontinuidade política, fazem a educação ambiental patinar na região norte mato-grossense.

Pensando a proposta de “desenvolvimento sustentável” e tomando como campo de pesquisa a educação infantil, e os ensinos fundamental e médio de escolas municipais, estaduais e particulares do município de Sinop, o trabalho de coleta de dados, ou seja, a constituição do *corpus* empírico se dará por amostras, da seguinte forma:

- Universo da Educação Infantil: três escolas municipais; três escolas privadas;
- Universo do Ensino Fundamental: cinco escolas de ensino nos anos iniciais de escolarização e cinco nos anos subsequentes (V a IX) em escolas municipais, incluindo aqui a Escola Municipal da Gleba Mercedes V; três escolas estaduais e três escolas privadas;
- Universo do Ensino Médio: três escolas estaduais e três escolas privadas.

Políticas públicas e prática pedagógica

Historicamente, muitos desafios se apresentam à humanidade frente a questões como um equacionamento entre desenvolvimento e consciência ecológica ou educação ambiental. O mundo globalizado exigirá, cada vez mais, que as nações definam o que entendem e como querem trabalhar a noção de desenvolvimento (desmatar/plantar/colher/sobreviver) ou (preservar/sobreviver) na contradição desmatar/preservar. Para que essas noções efetivamente constituam práticas, é necessário trabalhá-las/compreendê-las nas regiões diretamente atingidas pelo discurso jurídico preservacionista ambiental governamental, e, em específico no objeto de pesquisa deste trabalho; evidenciar se, na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio a formulação “desenvolvimento sustentável” está contemplada no discurso pedagógico e os efeitos de sentidos constituídos a partir deste.

Partimos de dois pontos de ancoragem: primeiro nas Políticas Públicas evidenciadas na Matriz Curricular e no PPP – Projeto político Pedagógico das escolas; e, segundo ponto, a prática pedagógica da posição sujeito professor do EF – Ensino Fundamental, EM – Ensino Médio e GE – Gestora Escolar.

Em relação às políticas públicas,

Não que seja do meu conhecimento, mas com certeza deve ter na grade curricular da instituição (3º ano, EF).

Na matriz curricular aparece indiretamente através da educação ambiental e esta pressupõe a sustentabilidade (5º a 9º ano, EF).

Sim. Há projetos como a preservação da água, do meio ambiente e sua importância (1º ano, EM).

Em relação às práticas pedagógicas,

Sim, há projetos em execução na escola que proporcionam a sustentabilidade, como exemplo o Projeto no qual ornamentamos todo o pátio da escola com a reutilização de materiais descartáveis (EF, 1º ao 5º ano).

Através dos projetos, formação continuada e pesquisas (EF, 5º ao 9º ano).

Planejando o que será trabalhado, pesquisando, apresentando de forma em que a criança entenda de acordo com a sua fase. Estimular a criança a ter conceitos (conhecimento desde pequeno) na prática do seu dia a dia, não só na escola como para seu futuro.

(Educação Infantil, 04 a 05 anos) É proposto que se desenvolva atividades de limpeza, conservação, meio ambiente, etc. (EM, 2º ano)

Alguns professores, das áreas de Ciências Humanas, tratam o tema de modo esporádico ou isolado, através de textos. Com raras exceções que apresentam a ideia de sustentabilidade implícita nas práticas educativas (EF E EM).

Tomamos, assim, as práticas pedagógicas que trabalham a questão da sustentabilidade na escola como uma proposta pedagógica que, como discurso social, mobiliza os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

As propostas levantadas para uma prática sustentável na escola,

Para a direção, a coordenação pedagógica, os professores e os funcionários: identificar e promover atitudes sustentáveis no coletivo e, individualmente, agir coerentemente com elas.

Para os alunos: desenvolver atitudes diárias de respeito ao ambiente e à sustentabilidade, apoiadas nos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Para a comunidade do entorno Ampliar o interesse por projetos ambientais e se integrar em sua organização e implantação

Para a Gestão Escolar,

Âmbito Administrativo: levantamento da demanda dos recursos naturais que entram na escola (água, energia, materiais e alimentos), dos resíduos e da situação estrutural do edifício (instalações elétricas e hidráulicas)

Comunidade: Envolvimento na questão ambiental, com construção de novas práticas e valores e a realização de interferências na paisagem

Aprendizagem: Desenvolvimento de habilidades que contemplem a preocupação ambiental nos âmbitos de energia, água, resíduos e biodiversidade.

Efeito de fecho

O paradigma do desenvolvimento sustentável tem, na instância educativa, uma grande aliada. É nela que vão se consubstanciar os conhecimentos, as habilidades, os valores e as atitudes que influenciarão, decisivamente, o organismo social e o meio ambiente.

Ao pensarmos as práticas pedagógicas e seus efeitos, trazemos a afirmação de uma gestora escolar que afirma,

Em relação ao conceito de “desenvolvimento sustentável”, em pequena escala, tais procedimentos não revertem os danos causados ao

meio ambiente, porém têm grande impacto na rotina escolar. “Temos consciência de que as iniciativas da escola são fundamentais para promover a conscientização dos alunos, os futuros adultos que tomarão conta do planeta” (Gestora escolar).

Em relação ao impacto social, o Projeto espera possibilitar um levantamento detalhado das características da sociedade em nossa região de interesse e que essa sociedade, que se apresenta com uma economia emergente, possa pensar o caminho das melhores práticas para a aliança entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Referências

ACHARD, Pierre; *et al.* *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

BRANDÃO, Helena H. *Introdução à Análise do Discurso*. 8. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

GUIMARÃES, Roberto Pereira. Desenvolvimento Sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas. In: BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana (Org.). *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

HENRY, P. A História não Existe? In: MAINGUENEAU, Dominique (Org.) *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP: Pontes, 1997.

LAGAZZI, S. A Prática do Confronto com a Materialidade Discursiva: Um Desafio. In: GUIMARÃES, E. E PAULA, A. (Orgs). *Sentido e Memória*. Campinas: Pontes, 2005.

_____. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

MONTEIRO, Roselane Soares. *Educação Ambiental em Mato Grosso*. Brasília Ministério da Integração Nacional: UFMT, 2002.

MORENO, Gislaene. *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2005.

ORLANDI, E. *As Formas do Silêncio: No Movimento dos Discursos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999a.

_____. Maio de 68: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre; *et al.* *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999b.

_____. Do Sujeito na História e no Simbólico. In: (org). *Escritos nº 04*, Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/NUDECRI, Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 1999c.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E.; LAGAZZI, S. *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do discurso (AAD 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. (19): p. 7-14, jul./dez; Campinas, 1990.

_____. *Semântica e Discurso: uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre; *et al.* *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999b.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.

PELICIONI, Maria Cecília; PHILIPPI JR., Arlindo. *Educação Ambiental e Sustentabilidade*. Barueri: Manole, 2005.

PITOMBO-OLIVEIRA, T. *Acima do Paralelo 13º: uma Discursividade em Questão*. Dissertação de Mestrado, IEL, UNICAMP, 2000.

PRONEA. *Programa Nacional de Educação Ambiental*. Secretaria do Meio Ambiente. 2003.

REVISTA NOVA ESCOLA. *Teoria e prática na escola*. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br>

SACHS, Ignacy. *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983.

A SPACE TO SAY: THE EDUCATIONAL SPEECH AND ENVIRONMENTAL PARADIGM IN MATO GROSSO NORTHERN

ABSTRACT

This paper aims at presenting activities of the Grupo de pesquisa Educação e Estudos de Linguagem which is interdepartmental, multidisciplinary and interinstitutional. This work aims to understand the discourse placed in northern Mato Grosso, inserted in the legal Amazon, the formulation "sustainable development" through the theoretical principles of discourse analysis and thus underlined the establishment of a saying space in their political-juridical-environmental and economical relations effects that allows grasp the effects of meanings that circulate in this region in pedagogical discourse.

Keywords: pedagogical discourse, environmental paradigms, discourse analysis, northern Mato Grosso.